

REVISTA ECO-PÓS

<http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php/revista/index>



A Homossexualidade em Veja: limites terminológicos e expansões de sentidos

Márcia Franz Amaral e Luiz Henrique Coletto
Revista Eco-Pós, 2010, v. 13, n. 3, pp 155-174

A versão online deste artigo está disponível em:
<http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php/revista/issue/view/25>

Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Informações adicionais da revista Eco-Pós

sobre: <http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php/revista/about>
e-mail: ecopos.ufrj@gmail.com

Política de Acesso Livre

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização do conhecimento.

A Homossexualidade em Veja: Limites e Expansões de Sentidos

Márcia Franz Amaral¹ e Luiz Henrique Coletto²
UFSM



RESUMO

Este artigo analisa a constituição das homossexualidades nas páginas da revista *Veja* no ano de 2010. Partimos de uma publicação (*Manual de Comunicação LGBT*) lançada pelo movimento LGBT brasileiro que pretende normatizar o tratamento dispensado pela mídia às questões que dizem respeito à comunidade homossexual do país para analisar duas matérias (uma de 1993 e outra de 2010) da revista. Assim, buscamos compreender em que medida o enquadramento da publicação ultrapassa a questão puramente léxica e terminológica proposta pelo *Manual*, fato que se evidenciou, principalmente, na análise da reportagem de 2010.

PALAVRAS-CHAVE

Discurso Jornalístico • Homossexualidade • Cultura das Minorias

O trabalho parte do lançamento do *Manual de Comunicação LGBT*, no início de 2010, cujo objetivo é orientar os jornalistas e normatizar o tratamento dispensado pela mídia às questões que dizem respeito à comunidade LGBT. A publicação foi lançada pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis e Transexuais³ (ABGLT) em janeiro de 2010 em parceria com o Programa das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS/Brasil). Após seu lançamento, o *Manual* foi distribuído para todo o *mailing* da mídia nacional em formato digital de acordo com o presidente da ABGLT, Toni Reis.

1 Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), docente da graduação em Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM, tutora do Programa de Educação Tutorial (PET) do Curso de Comunicação Social da mesma instituição e líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Jornalismo da UFSM.

2 Acadêmico do 8º semestre de Jornalismo da UFSM, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Comunicação) e integrante do Grupo de Pesquisa Estudos de Jornalismo.

3 A ABGLT existe desde 1995, é formada por 220 organizações no país e configura-se na maior rede LGBT da América Latina. Possui também status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ECOSOC/ONU).

O artigo integra uma pesquisa mais ampla que analisa a constituição das homossexualidades e dos homossexuais na revista *Veja* no primeiro semestre de 2010, período em que começou a circular o *Manual*. O objetivo do artigo é cotejar a publicação com duas edições da revista *Veja* que tiveram o tema como capa: uma edição de maio de 1993 e outra de maio de 2010, para verificar a apropriação, por parte da revista, das terminologias propostas pelo movimento. Num segundo momento, o objetivo é mostrar o quanto o enquadramento jornalístico é determinante para o posicionamento da revista sobre o tema, já que a escolha lexical em si não garante o alargamento de uma representação social diversa.

Minorias e disputas

Compreendemos que o lançamento do *Manual* é um marco recente na disputa por sentidos sobre o tema na mídia. Afinal, a cultura das minorias é marcada pelas lutas que envolvem a classificação e representação desses grupos. O que move uma minoria é “o impulso da transformação” (SODRÉ, 2005, p.1). Sodré explica que *minoria* é uma voz qualitativa. Embora a palavra tenha um sentido de inferioridade quantitativa, a democracia, por exemplo, refere-se ao governo das minorias porque somente num processo democrático as minorias podem se fazer ouvir.

Minoria não é, portanto, uma fusão gregária mobilizadora, como a massa ou a multidão ou ainda um grupo, mas principalmente um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica. Um partido político, um sindicato não se entendem como minorias, ainda que sejam de oposição ao regime dominante, porque ocupam um lugar na ordem jurídico-social instituída. (SODRÉ, 2005, p.1)

Para o autor, a minoria tem vulnerabilidade político-social, é uma identidade em formação, participa de uma luta “pela redução do poder hegemônico”, a mídia é uma das principais instâncias dessa luta, e utiliza-se de estratégias discursivas para lutar. O *Manual* do qual partimos é um elemento dessa intencionalidade ético-política e de uma luta simbólica entre dois grandes campos sociais: o campo dos movimentos sociais e o campo jornalístico.

Nas primeiras páginas do *Manual*, consta que ele é

voltado para profissionais, estudantes e professores da área de comunicação (Jornalistas, Radialistas, Publicitários, Relações Públicas, Bibliotecários, entre outras pessoas). É um dos objetivos da atual diretoria da [...] ABGLT, e de ativistas ligados ao segmento LGBT no Brasil, reduzir o uso inadequado e preconceituoso de terminologias que afetam a cidadania e a dignidade de 20 milhões de LGBT no país, seus familiares, amigos, vizinhos e colegas de trabalho. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 2010, p.5.)

De acordo com o presidente da ABGLT, Toni Reis, no caso de haver qualquer tipo de uso indevido, pela mídia, de linguagem que prejudique, no entendimento da entidade, a imagem da comunidade LGBT brasileira, a Associação irá se pronunciar. Este posicionamento da entidade permite-nos visualizar sua aproximação com modelos sociais em que os agentes civis atuam, de maneiras diversas, no processo de “controle e fiscalização” da mídia. Especificamente sobre a relação entre mídia e movimento LGBT, destacamos a atuação da entidade norte-americana GLAAD (*Gay & Lesbian Alliance Against Defamation*)⁴, que atua há 25 anos no espaço público dos Estados Unidos.

Criada em Nova Iorque em 1985 para protestar contra a grosseiramente difamatória e sensacionalista cobertura do *New York Posts* acerca da AIDS, GLAAD fez pressão para que empresas da mídia parassem com uma orientação homofóbica em suas matérias. Em 1987, depois de um encontro com a GLAAD, o jornal *The New York Times* mudou sua política editorial e passou a usar a palavra “gay” em vez de expressões antigays. GLAAD logo lutou para que a agência *Associated Press* e outras fontes do jornalismo televisivo e impresso seguissem esta diretiva. Hoje o projeto da GLAAD “Anúncios de União” resultou em mais de 1.000 jornais incluindo anúncios de união entre gays e lésbicas ao lado de outras listas de casamento. (Tradução nossa)

Ao observarmos o texto de apresentação do *Manual de Comunicação LGBT*, podemos perceber presentes ali as mesmas ideias que embasam o GLAAD nos Estados Unidos, pois a intenção do Manual é “[...] reforçar os papéis assumidos por cada cidadão para a construção de uma sociedade mais justa, humana, solidária e com pleno acesso aos direitos concedidos na Constituição Brasileira” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 2010, p.5, grifos nossos).

O *Manual*, como um instrumento de uma minoria na luta por estabilização de alguns sentidos, integra uma política de representação e atua para classificar o mundo de um determinado ponto de vista. A revista *Veja*, como produto do campo jornalístico, é tensionada permanentemente por

4 Aliança Gay e Lésbica Contra a Difamação. O site da entidade pode ser visualizado neste endereço: <http://www.glaad.org>.

diferentes circuitos de significados. Essa disputa por sentidos simboliza a necessidade de abordar a mídia numa perspectiva sóciocêntrica (MOTTA, 2005), uma abordagem contra-hegemônica que entende o jornalismo como “permeável às contradições sociais e às pressões da sociedade civil, sujeito às inúmeras negociações.” (p.2).

É muito produtivo analisar como cada segmento ou grupo social utiliza estrategicamente a mídia e identificar os confrontos de classe e frações de classe para observar os avanços e recuos de cada grupo, as negociações, alianças e concessões. Assim, o campo jornalístico pode ser visto mais nitidamente “como um espaço e um instrumento dos enfrentamentos políticos na disputa pela visibilidade e pela conquista do poder” (MOTTA, 2005, p.11) ou de espaços mais arejados de sentidos.

Consideramos o Manual como cristalizador de valores de um movimento social. Baseamo-nos em Castells (2006, p.20), para quem os movimentos sociais são “ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade.” Cabe a estes movimentos lutarem por formas diferentes de classificação e representação a partir dos interesses dos agentes envolvidos. Por sua vez, o discurso jornalístico invariavelmente abriga certas representações, constrói algumas e oculta tantas outras. Tanto o *Manual* quanto a revista afirmam identidades e marcam diferenças a partir das operações de incluir e excluir. A revista produz um imaginário do que é ser o Outro e esta representação tem consequências materiais na construção social. Por vezes, a prática jornalística configura-se numa violência simbólica, “que extorque submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em ‘expectativas coletivas’, em crenças socialmente inculcadas.” (BOURDIEU, 1996, p. 171).

Advogando enfoques positivos

O lançamento do Manual de Comunicação LGBT ocorreu durante a V Conferência da ILGA-LAC (*International Lesbian, Gays, Bisexual, Trans and*

*Intersex Association in Latin America and Caribbean*⁵), em Curitiba, Paraná. A organização interna do Manual reproduz quase a totalidade das questões centrais e caras ao movimento LGBT brasileiro na atualidade. Resumidamente, poderíamos apontar três movimentos presentes ali: um de propagação e solidificação científica; outro de difusão de elementos internos ao movimento LGBT, mas que possuem alguma ressonância no social; e, por fim, um terceiro que é notadamente político, no estilo claro do *advocacy* da militância norte-americana⁶. É preciso ressaltar, entretanto, que estes três movimentos não aparecem isoladamente: a difusão de conceitos científicos atinentes ao campo da sexualidade ocorre, muitas vezes, de forma coordenada com a divulgação de simbologias importantes ao movimento LGBT e com a defesa das bandeiras clássicas (e atuais) da militância brasileira.

Ao reabordar a teoria do *agenda-setting* a partir da inclusão de uma perspectiva de contra-agendamento (em que a sociedade também intenciona pautar a mídia), Luiz Martins da Silva (2007) afirma que o *advocacy* (como agendamento midiático) é conceito central dessa interveniência sobre a abordagem do *agenda-setting*. Para o autor, *advocacy* deve ser compreendido como “um elemento qualificador da ação do *agendamento institucional* (ou *contra-agendamento*), ou seja, é a ação de lobby, sim, mas em favor de um tema institucionalizado ou em vias de institucionalização” (p.88, grifos do original).

Estratégias de agendamento midiático de um tema ou causa social já foram abordados por diversos pesquisadores brasileiros (mesmo que não como objetos específicos de pesquisa), como no caso da relação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e o jornal Zero Hora por Berger (1998); e no caso da relação do movimento ambientalista *Greenpeace* com a mídia por Crispim (2003). O Manual também denuncia esta intencionalidade ao trazer a

5 Associação Internacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais, seccional da América Latina e Caribe (tradução nossa).

6 Exemplo deste modelo de atuação é a organização National Gay and Lesbian Task Force Action Fund (Coalização Nacional de Gays e Lésbicas), que atua “por meio de lobby direto para derrotar iniciativas eleitorais e legislações anti-LGBT e aprovar legislações pró-LGBT e outras medidas. Também analisamos e divulgamos as posições de candidatos a cargos públicos sobre questões importantes para a comunidade LGBT” (tradução nossa). Fonte: http://www.thetaskforceactionfund.org/about_us/about_us_index.html (acesso em 2 de setembro de 2010).

definição de *advocacy*, aplicada ao movimento LGBT, definida como “argumentar em defesa de uma causa ou alguém’. No movimento LGBT, consiste em uma estratégia de ação para a conquista de direitos e desenvolvimento de políticas públicas em diversas áreas relacionadas às temáticas LGBT [...]” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 2010, p.5).

Do ponto de vista estrutural, *O Manual...* assenta-se sobre doze temas-chave: (1) sexualidade; (2) orientação sexual; (3) identidade de gênero; (4) atitude social; (5) homofobia; (6) Aids; (7) Política e militância; (8) União estável e família; (9) Religião; (10) Datas; (11) Símbolos do Movimento LGBT; (12) A ABGLT. Há ainda quatro anexos ao final do documento com legislações (do Código de Ética do Jornalistas) e projetos de lei.

Logo na introdução do documento, podemos ler que “[...] nem sempre as abordagens da mídia são *politicamente corretas*. É comum deparar-se com a utilização de *termos, formas de tratamento e expressões* que reforçam preconceitos, estigma e discriminação” (Ibid., p.6). Fica claro que o discurso – e o poder do discurso, como registrou Foucault (2007) – é peça central da relação entre a mídia, os movimentos sociais e as minorias em geral. Notadamente, as formas de dizer, os sentidos expressos, a disputa entre o politicamente correto e incorreto.

Partimos da descrição do Manual para a construção de um quadro em que os elementos constitutivos do referido documento são rearranjados de acordo com afinidades que sejam pertinentes a nossa problemática de analisar a constituição das homossexualidades e dos homossexuais no discurso de Veja.

Categoria	Orientação sexual	Identidade de Gênero	Homofobia	Política
Valores centrais	o sufixo	o sexo	a violência	os direitos
	a opção	o gênero	a exposição	as leis
	o desejo	a identidade	as associações	a laicidade
	a prática	a performance		

Este quadro é a conjunção do tratamento formal (politicamente correto) que o Manual suscita com o nosso conhecimento acerca da sexualidade enquanto problemática social e de pesquisa (HEILBORN, 1999) dentro das Ciências Sociais – e especificamente no jornalismo.

Destacamos, de antemão, que foram ignorados alguns pontos do Manual para este quadro: claramente o item 6 (Aids) e 12 (A ABGLT); alguns outros tiveram a abordagem reduzida devido à existência de conceitos e questões pouco pertinentes a nossa pesquisa. Como modelo de aplicação, enquadraremos o resultado, por valor central, a partir dos seguintes vocábulos: *favorável / parcialmente favorável / desfavorável / irrisório ou inexistente*. Tais enquadramentos operacionais devem-se à necessidade de sumarizar qual a abordagem que as matérias trouxeram de acordo com nosso quadro analítico. Abaixo apresentamos algumas explicações sucintas sobre as categorias e seus valores, já que estes serão retomados adiante durante a análise das duas edições de Veja.

Categoria orientação sexual – as grandes divisões internas ao conceito de orientação sexual são a bissexualidade, a heterossexualidade e a homossexualidade. O conceito de orientação sexual, por sua vez, recebeu uma definição clara no documento Princípios de Yogyakarta, formulado por especialistas em legislação sobre direitos humanos de 25 países em 2006; é “a capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas” (PRINCÍPIOS de Yogyakarta, 2006, p.10). Os valores que construímos em nossa grade de análise dão conta das principais tensões entre a mídia e o movimento LGBT: a terminologia (o sufixo, a opção) e o ato sexual (o desejo, a prática).

Categoria identidade de gênero – as expressões mais relevantes neste item são travestis, transexuais e *drag queens*. Antes de tudo, é preciso compreender, ainda que seja um conceito de assimilação mais difícil, que é identidade de gênero. Esta é

A experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função

corporal, por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos. (Ibid., p.10)

Por isso os valores centrais desta categoria dizem respeito às noções de sexo, gênero, identidade e performance. De acordo com Butler (2003, p.24, grifos nossos), “a hipótese de um sistema *binário dos gêneros* encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre *gênero e sexo*, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito”. Nesta categoria circulam os diversos sentidos que se associam à ideia de travestilidade e transexualidade principalmente.

Categoria homofobia – categoria central quando falamos da relação entre movimento LGBT e mídia. O trabalho de *advocacy*, que tem importância central na esfera política e civil, depende em muito de como o debate sobre a discriminação contra LGBT (vulgo homofobia) está pautado na mídia brasileira. Borrillo (2001, p.36, tradução nossa) define homofobia como sendo “a hostilidade geral, psicológica e social àqueles e àquelas de que se supõe desejarem a indivíduos do mesmo sexo ou terem práticas sexuais com eles.” Complementa, ainda, dizendo que, “forma específica de sexismo, a homofobia rechaça também a todos os que não se conformam com o papel predeterminado pelo seu sexo biológico”. Nesta categoria, portanto, residem os valores centrais da violência (homofóbica), o da exposição da sexualidade na mídia e o das associações negativas que são feitas em torno da homossexualidade⁷ – as quais fortalecem a homofobia.

Categoria política – reflete fortemente as tensões entre o campo midiático e o social (movimento LGBT) pelas questões de agendamento já postas anteriormente. Os valores centrais desta categoria remetem à questão dos direitos civis que seriam negados aos LGBT brasileiros – neste caso, basicamente pelo Estado.⁸ No mesmo sentido, o valor associado às leis pauta justamente esta questão: a ausência de garantias específicas de direitos (e de vedação à discriminação) aos LGBT. Por fim, há uma questão política central que é a da defesa do Estado laico: este valor é central porque repercute as tensões entre o movimento LGBT e setores religiosos da sociedade brasileira

7 Aqui se leia também lesbianidade, bissexualidade, travestilidade e transexualidade.

8 O Manual reproduz, na página 31, página de uma reportagem da revista Superinteressante de 2004 em que constam pelo menos 37 direitos aos quais os homossexuais brasileiros não teriam acesso.

que obstam a conquista de certos direitos da população homossexual do país.

Os gays de Veja

O tema da homossexualidade nas capas das revistas semanais brasileiras não é novidade. Barroso (2008, p.5) destaca que “a revista *Veja*, por exemplo, trouxe o tema como matéria de capa em edições de maio de 1993, fevereiro de 2000 e junho de 2003. Também a *Época* trouxe o tema na capa de sua edição de setembro de 1999”. Também o fez a revista *Superinteressante* (mensal) em julho de 2004, com uma das matérias mais comentadas, até hoje, sobre os direitos dos homossexuais no país – a capa trazia um casal de mulheres vestidas de noiva e o título *casamento gay*.

Dedicamo-nos a analisar duas edições da revista *Veja*. A primeira é de maio de 1993 e a segunda, de maio de 2010. Uma antes e outra depois do Manual, considerado neste trabalho como marco temporal. Cabe observar, rapidamente, o contexto social do começo da década de 1990 no campo da sexualidade no Brasil, um período pós-*boom* do vírus da AIDS. Trevisan (2000) registra que, em meados da década de 1980, com a AIDS alastrando-se de forma expressiva – um caso por dia e quatro mortes semanais em 1985 –, a cobertura da imprensa era claramente desinformada e negativa quantos aos homossexuais (desta época é que se cunharam, inclusive, as expressões “câncer gay” e “peste gay”). Afirma o autor sobre a cobertura: “a revista *Veja*, que nunca escondera seu ressentimento contra homossexuais, ironiza o aparato anti-Aids montado pela Secretaria de Saúde de São Paulo, argumentando que as ‘doenças da pobreza’ é que deveriam ter atendimento prioritário no país” (p.430). De período subsequente, registra o basilar trabalho do professor Antonio Fausto Neto (1999) sobre a cobertura deste tema nos grandes jornais brasileiros que “a AIDS tem a sua constituição discursiva midiática dominante na curva do anos 80 para os 90” (p.37).

Não obstante, na primeira capa de sua história em que a homossexualidade vem estampada, *Veja* traz uma reportagem especial que destoa da avaliação de Trevisan sobre a abordagem da mesma revista, em

relação aos homossexuais, dez anos antes; e que destoa também, pelo recorte, do trabalho de Fausto Neto, pois não tem a Aids como enfoque.

Na edição de 1993, cuja manchete da capa é *O que é ser gay no Brasil* e o subtítulo traz *Uma pesquisa exclusiva mostra como os brasileiros tratam os homossexuais e o que pensam deles*, identificamos terminologias consideradas corretas pelo manual, embora ainda não de forma integral. São utilizados termos como “homossexualidade”, mas também ainda é possível encontrar o termo “homossexualismo”. Em um grande quadro na página 11 do Manual, temos que a distinção é essencial do ponto de vista político (para a militância):

Em 1973, os Estados Unidos retirou “homossexualismo” da lista dos distúrbios mentais da *American Psychology Association*, passando a ser usado o termo Homossexualidade. [...] Em 17 de maio de 1990, a *Assembleia Mundial da Saúde* aprovou a retirada do código 302.0 da *Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde*. [...] Assim, tanto no Brasil como em outros países, cientificamente, homossexualidade não é considerada doença. Por isso, o sufixo “ismo” (terminologia referente à “doença”) foi substituído por “dade” (que remete a “modo de ser”). (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 2010, p.11)

Se a questão terminológica é residual nesta matéria (aparecem apenas quatro vezes a palavra homossexualismo, e sempre como sinônimo indistinto de homossexualidade), a amplitude de abordagens que traz é contrastante com nossa avaliação do que a mesma Veja fez em 2010 quando trouxe o tema novamente na capa. Dezessete anos separaram duas matérias que parecem, à luz da evolução do tema, trocadas: a reportagem de 1993 traz um enfoque, em quase sua totalidade, adequado ao conjunto de valores politicamente corretos que o Manual advoga; já a de 2010, embora de modo opaco e bastante escorregadio, foi sensivelmente negativa ao despolitizar o tema.

A matéria de 1993 aborda uma pesquisa do Ibope e relata o drama de muitos gays e lésbicas; conta as histórias de dificuldades que envolvem suicídios, assassinatos, as dificuldades na obtenção de emprego, os preconceitos familiares, a crueldade das ruas, a vida em guetos, a ausência de direitos civis. O título da matéria principal é *O mundo gay rasga as fantasias: Ibope mostra a difícil convivência da maioria dos brasileiros com os homossexuais* e há diversas passagens que evidenciam um tom pró-LGBT (nos termos do que o Manual e a militância brasileira desejam), inclusive de tom opinativo, como se pode observar nestas três passagens (grifos nossos):

“Correndo o risco de perder amigos e obrigados a encarar dificuldades maiores tanto para garantir o sustento como para alugar um imóvel, **os homossexuais brasileiros levam uma vida difícil.**” (p.54)

“Todo mundo tem uma vida sexual e, como se sabe, **ela pertence à esfera privada de cada um.** Mas, a rigor, é discutível se os homossexuais podem exercer esse direito. **A discriminação que sofrem torna sua [sic] vida sexual um tema político, pois envolve seus direitos no convívio com a maioria dos cidadãos,** heterossexuais [...]” (p.55)

“**A má vontade, a estranheza e a discriminação estão sempre à espreita.** Não nos artigos da Constituição, nem nos regulamentos de condomínio. Elas sobrevivem no cotidiano, nas situações que não são reguladas por códigos jurídicos, mas pelas leis mudas da convivência social.” (p.56)

Embora a matéria mostre o lado sombrio da vivência homossexual, jornalisticamente é bem construída, pois se baseia em dados diversificados, numa miríade de fontes (militantes, médicos, psicólogos, cientistas sociais, diretores de recursos humanos, autores de novelas, juízes e advogados, homossexuais e seus pais) que recobrem um leque bastante amplo de abordagens e campos associativos sobre a homossexualidade – situação que veremos com bem menor intensidade na matéria de 2010.

Na aplicação do quadro de análise, houve maior prevalência de expressões e/ou abordagens dentro das categorias 1 (orientação sexual) e 3 (homofobia); em segundo plano, nas categorias 2 (identidade de gênero) e 4 (política). Como veremos, na matéria de 2010 a aplicação produziu resultados bem diversos.

Categoria – Orientação Sexual		Categoria – Identidade de Gênero	
Valor central	Enquadramento	Valor central	Enquadramento
o sufixo	favorável	o sexo	desfavorável
a opção	irrisória	o gênero	desfavorável
o desejo	favorável	a identidade	inexistente
a prática	favorável	a performance	inexistente
Categoria – Homofobia		Categoria – Política	
Valor central	Enquadramento	Valor central	Enquadramento
a violência	favorável	os direitos	favorável
a exposição	parcialmente favorável	as leis	irrisória
as associações	parcialmente favorável	a laicidade	inexistente

Dos valores centrais da categoria 1, os enquadramentos em relação ao

sufixo são favoráveis – as ocorrências do sufixo *ismo* (em homossexualismo), que possui uma de suas acepções associada à doença, são irrisórias e, como já referido, não possuem conotação depreciativa, pois atuam discursivamente como sinônimos de homossexualidade neste caso; quanto ao valor central *opção*, a abordagem é irrisória – não aparece, efetivamente, uma polarização entre a tese da homossexualidade como “natural” (associação biológica) ou como “optativa” (escolha deliberada). Sobre esta “disputa”, traduzida nas expressões orientação sexual e opção sexual, o Manual é taxativo:

O termo aceito é “orientação sexual”. A explicação provém do fato de que ninguém “opta”, conscientemente, por sua orientação sexual. Assim como o heterossexual não escolheu essa forma de desejo, o homossexual (tanto feminino como masculino) também não. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 2010, p.15)

No mesmo sentido vai a definição dos Princípios de Yogyakarta, já mencionada. Todo modo, apenas residualmente a reportagem traz um cotejamento da discussão em âmbito científico, apontando as pesquisas feitas na década de 1990 sobre o assunto e a corrente psicanalítica de então que, segundo a revista, associaria a homossexualidade a uma “atrofia afetiva” entre crianças e seus pais.

Os valores centrais *desejo* e *prática* (propomo-los como binômios em nosso quadro) aparecem de forma favorável na matéria, essencialmente nos relatos (a reportagem traz seis boxes com relatos de gays, lésbicas, casais homossexuais, filhos e pais), ao discorrerem sobre a dimensão afetiva (desejo) e efetiva (prática) que circunda a sexualidade humana, podendo haver discordância entre estes dois polos. É o caso de homens heterossexuais que têm transas eventuais ou contínuas com homens (garotos de programa, homens em instituições de confinamento ou militares) ou homossexuais que se casam com mulheres e mantêm relações sexuais com elas, mesmo que o desejo latente seja homoerótico.

Dos valores centrais da categoria 2, a abordagem *per se*, dentro desta categoria, foi praticamente inexistente. Há apenas duas menções, na matéria, que se enquadram na abordagem da temática da identidade de gênero, referidas abaixo (p. 55, grifos nossos):

“O autor Silvio de Abreu, que mostrou o **travesti** Gino/Gina (Jandir Ferrari) em Deus Nos Acuda, trata do assunto com franqueza [...]”

“No Rio, como em outras cidades, há pontos gays ao ar livre. O trecho da praia em frente à Rua Farne de Amoedo, em Ipanema, é frequentado por gays mais requintados, enquanto **os travestis** se concentram em frente ao hotel Copacabana Palace.”

Por isso os valores centrais que são demandados de nosso quadro são sexo e gênero (como binômio complementar também): a abordagem é desfavorável, pois retrata as travestis de modo contrário àquilo que elas e a militância entendem como adequado, a partir da noção de identidade de gênero da travesti. Questão nitidamente discursiva, o próprio Manual traz à tona o poder-dizer (e o *como* denominar).

Utiliza-se o artigo definido feminino “A” para falar da Travesti (aquela que possui seios, corpo, vestimentas, cabelos, e formas femininas). É incorreto usar o artigo masculino, por exemplo, “O” travesti Maria, pois está se referindo a uma pessoa do gênero feminino. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 2010, p.18, grifo nosso)

Os valores centrais *identidade* e *performance* são inexistentes nesta matéria, pois não há discussão sobre travestilidade, transexualidade ou questões associadas à performance artística – como é o caso de transformistas e *drag queens*.

Dos valores centrais da categoria 3, temos prevalência para *violência* e *exposição*, sendo residual a abordagem das associações negativas. Ao falar da violência motivada pela homofobia, conforme Borrilo (2001) a define, o Manual aponta também para a atuação da imprensa, ao afirmar que “a homofobia também pode ser manifestada de inúmeras formas pela própria mídia” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 2010, p.21). Na matéria, a violência física aparece em passagens que trazem dados sobre número de assassinatos violentos de homossexuais no Brasil (1.200 entre 1981 e 1993), segundo as estatísticas do Grupo Gay da Bahia (GGB), ou relatos como o “de um vereador do interior de Alagoas degolado depois de assumir seu próprio homossexualismo e acusar um adversário político de pertencer à classe dos enrustidos” (p.53). Este valor aparece de modo favorável se entendermos que a publicação dá destaque e valor à violência (também simbólica e verbal, pois há uma série de passagens em que as fontes relatam discriminações veladas sofridas na escola, em casa ou no local

de trabalho) homofóbica, indo ao encontro dos objetivos da militância.

No que diz respeito ao valor central da *exposição*, a relação entre sexualidade, mídia e homofobia fica clara quando se pondera o que nos traz o Manual: “para a comunidade LGBT, assumir publicamente sua orientação sexual ou identidade de gênero é um momento significativo na trajetória pessoal e social”. A tensão relevante deste valor central é no choque de interessantes entre a imprensa e a privacidade daqueles que tem sua sexualidade exposta. Neste sentido, “com relação à ação da mídia, os (as) atores (as) do movimento LGBT procuram incentivar uma postura ética, pouco sensacionalista, sem banalização ou ridicularização das pessoas pelos meios de comunicação”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 2010, p.19). Este valor aparece de modo parcialmente favorável na reportagem, pois há um cotejamento entre a correção ou não de se falar da sexualidade de pessoas públicas na mídia. A reportagem coloca, novamente em tom opinativo, que “por uma questão de mercado, é inútil perguntar à maioria da classe artística se ela é ou não [homossexual]. Ela não será” (p.55).

Já o valor central das *associações negativas* remonta, historicamente, ao período da década de 1990, quando as associações da homossexualidade com a pedofilia e mesmo com problemas como o alcoolismo e a depressão foram intensas. Na reportagem, a abordagem é parcialmente favorável, com uma forte tendência à neutralidade como sentido construído; assim, o sentido expresso da reportagem não é o de discutir esta questão, quase como se estivesse dada,⁹ apenas o de mencionar periféricamente o que se produziu cientificamente sobre o tema até aquele período – a exceção de uma “insinuação sinuosa” de que um pai ausente estaria associado à homossexualidade dos filhos.

Da quarta categoria, o valor central *direitos* aparece de forma favorável na reportagem. O texto traz exemplos de situações do cotidiano nas quais os homossexuais têm seus direitos preteridos; cita situações de discriminação em que houve apoio aos homossexuais (como no caso do professor que foi intimidado por alunas e teve o apoio da diretoria para adverti-las). Os valores

9 O enfoque da reportagem, ao não discutir a homossexualidade a partir de uma abordagem clínica ou patologista, produz um panorama da vida dos gays no Brasil daquela época, tendo a questão da homossexualidade ser “natural/inata” ou “optativa” como pano de fundo irrelevante.

centrais *leis e laicidade* são enquadrados por nós como irrisório e inexistente respectivamente. As leis, de um modo geral, estão intimamente ligadas aos direitos negados. Assim, o valor associado às leis pauta justamente esta questão: a ausência de garantias específicas de direitos (e de vedação à discriminação) aos LGBT. Por fim, a abordagem do Estado laico como tema polêmico da relação movimento LGBT e instituições religiosas não aparece na reportagem.

Na edição de maio de 2010, a capa de *Veja* trouxe o tema da homossexualidade associado à juventude. Entretanto, em nosso entender, há um claro plano de fundo político-ideológico no enfoque da matéria: produzir uma despolitização do tema e, por conseguinte, enfraquecer a importância dos movimentos sociais (neste caso, o movimento LGBT). Tal constatação, para além do quadro analítico, fica clara em diversas passagens da reportagem, nos recortes temático e na escolha “criteriosa” das fontes.

A capa trouxe como manchete *Ser jovem e gay: a vida sem dramas*. A matéria tem oito páginas e a Carta ao Leitor da revista dedica-se a ela. Constatamos que a publicação adota os termos considerados “corretos” pelo Manual (como orientação sexual no lugar de opção sexual, homossexualidade no lugar de homossexualismo), e as diferenças ficam por conta dos jovens retratados – ao todo, há sete boxes com histórias de jovens gays, e mais de 15 jovens retratados em fotografias –, que exprimem duas vezes a ideia de “opção” no lugar daquilo que seria, de acordo com o Manual, adequado utilizar orientação sexual.

Como as categorias e seus valores centrais já foram detalhadamente abordados na aplicação do quadro à matéria de 1993, abaixo reproduzimos a aplicação do quadro a esta matéria de 2010. Subsequentemente, tecemos as considerações sobre o enquadramento.

Categoria – Orientação Sexual		Categoria – Identidade de Gênero	
Valor central	Enquadramento	Valor central	Enquadramento
o sufixo	favorável	o sexo	inexistente
a opção	irrisória	o gênero	inexistente
o desejo	irrisória	a identidade	inexistente
a prática	irrisória	a performance	inexistente
Categoria – Homofobia		Categoria – Política	
Valor central	Enquadramento	Valor central	Enquadramento
a violência	irrisória	os direitos	favorável
a exposição	favorável	as leis	inexistente
as associações	inexistente	a laicidade	inexistente

A matéria especial, na página 106 da revista, apresenta o seguinte título e subtítulo: *A Geração Tolerância: os adolescentes e jovens brasileiros começam a vencer o arraigado preconceito contra os homossexuais, e nunca foi tão natural ser diferente quanto agora. É uma conquista da juventude que deveria servir de lição para muitos adultos.*

Se observamos a aplicação do quadro a esta segunda matéria, uma conclusão rapidamente observável é a considerável inaplicabilidade dos valores e das categorias à matéria. Por um lado, seria o caso de as categorias e seus valores serem muito limitados ou inadequados a todo tipo de abordagem sobre o tema – questão considerável em boa medida; por outro, talvez seja o fato de a matéria não trazer outras abordagens que não a de uma construção discursiva e simbólica de que ser jovem e homossexual, hoje, já não suscita mais quaisquer discussões – e, assim, pensar questões como direitos, leis, laicidade, violência contra e identidade de travestis e transexuais estaria deslocado do tempo.

O discurso de Veja nesta edição mostra que a opção pelo léxico proposto pelo manual, de forma voluntária ou não, é insuficiente para compreendermos a constituição das homossexuais e dos homossexuais na revista de modo adequado. Se não há questões suscitadas no que diz respeito aos valores centrais *opção*, *desejo* e *prática* (categoria um), nos valores *sexo*, *gênero*, *identidade* e *performance* (categoria dois) ou nos valores *violência* e *associações* (categoria três) e *leis* e *laicidade* (categoria quatro) é porque “o peso de sair do armário já

não existe para os jovens gays do Ocidente: tornou-se natural” (p.108 da matéria). Não é Veja quem “diz” isto, mas sim sua fonte, o psicólogo norte-americano Ritch Savin-Williams. Todos os jovens retratados na matéria são, visivelmente, de classe média alta ou alta. A reportagem assume um tom otimista, mais baseado no “dever ser” do que propriamente numa apuração jornalística:

Os jovens estão demonstrando que ser homossexual não necessariamente implica que um indivíduo seja pior ou melhor, mais forte ou mais fraco do que o outro – mas apenas diferente. Isso leva a questão para longe das piadas, das bandeiras, das passeadas, das religiões, dos julgamentos morais e até das legislações, devolvendo ao arbítrio de cada um na confecção da imensa teia de afeição e rejeição que define a condição humana. (p.16, Carta ao Leitor)

A matéria reafirma ainda, em vários momentos, que se tornou dispensável defender a causa contra o preconceito, como podemos ver nos segmentos discursivos abaixo (grifos nossos):

Declarar-se gay em uma turma ou no colégio de uma grande cidade brasileira **deixou de ser uma condenação ao banimento ou às gozações eternas.** (p.108)

[...] são o retrato de uma geração para a qual **não faz mais sentido** enfiar-se em boates GLS [...] – **muito menos juntar-se a organizações de defesa de uma causa que, na realidade, não veem mais como sua.** (p.109)

A questão central é que eles **simplesmente deixaram de se entender como um grupo.** (p.109)

Mesmo que às vezes usados como bandeira por bandos de militantes paparicados por políticos em busca de votos, pode-se dizer que tais episódios [rechaço público à discriminação] apontam para uma direção positiva. (p.111)

Os dados apresentados ao longo da matéria são, em sua maioria, parcos e limitados a realidades bem específicas; pesquisas como as de Abramovay (2004) e Junqueira (2009) apontam para a ainda intensa discriminação de homossexuais e travestis e transexuais no ambiente escolar, ao contrário do que pretende a revista ao afirmar que “o colégio se tornou um desses lugares onde, de modo geral, impera a boa convivência com os gays” (p.111); por meio das fontes e de suas falas selecionadas, a revista restringe a abordagem da “homossexualidade bem aceita” a uma combinação de discrição e fuga aos

estereótipos.¹⁰

A ênfase na despolitização por meio da “desnecessidade” de se atuar política e civilmente – seja por meio dos movimentos sociais, seja por meio da atuação cívico-cidadã no espaço público e político – em torno da homossexualidade como questão social recebe contraponto claro do Manual, que mostra a divergência da reportagem com a realidade. Esta, difícil de ser contestada, já que o Estado brasileiro nega em torno de 35 direitos civis aos homossexuais, entre eles a união entre pessoas do mesmo sexo e adoção de crianças por casais homoafetivos.

Conclusão

Não há como esquecer os ensinamentos de Bourdieu (1996, p.25) de que a palavra “encontrada no dicionário não tem existência social: na prática ela só existe imersa em situações, a ponto de o núcleo de sentido que se mantém relativamente invariável através da diversidade dos mercados poder passar despercebido”; mais que isso, “o mercado contribui para formar não só o valor simbólico, mas também o sentido do discurso”. A disputa por mudanças na representação de uma minoria no campo jornalístico obviamente transcende o uso das terminologias propostas pelo Manual. Mesmo os veículos que já incorporaram o léxico aceito pela comunidade LGBT, como é o caso de *Veja*, ainda produzem matérias deslocadas da realidade brasileira, embora possam significar algo para o público leitor específico de *Veja*. Bastante criticada por diversos militantes e setores do movimento LGBT brasileiro, a matéria de capa de *Veja* em 2010 prioriza sentidos associados a uma facilidade de ser gay no Brasil hodierno. Entretanto, esvazia as asperezas observadas neste caminho.

Há dezesseis anos atrás, quando a revista tratou do mesmo tema na sua capa, *Veja* revelou maior politização e densidade em sua cobertura. Por vezes, uma representação positiva de uma minoria não abre espaço para sua legitimação social. Abordar as dificuldades de forma jornalisticamente

¹⁰ Uma das falas é do casal Victor Guedes (19 anos) e Luiz Leandro Caiafa (20): “às vezes, andamos de mãos dadas, mas não trocamos beijos em público. Não preciso ficar expondo minha sexualidade” (p.110). A este relato, a reportagem deu o título de “Assumidos, mas discretos”.

responsável para além do uso de termos considerados corretos pode ser mais eficaz na luta contra o preconceito.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Miriam. *Juventude e sexualidade* / Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Lorena Bernadete da Silva (org.). Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Manual de Comunicação LGBT*. Ferdinando Martins, Lilian Romão, Liandro Lindner, Toni Reis. (Org.) [Curitiba]: Ajir Artes Gráficas e Editora, 2010.
- BARROSO, Fernando Luis Alves. *Os Homossexuais na Mídia Segundo Militantes, Acadêmicos e Jornalistas*. In: XXXI Intercom – Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008. Anais do XXXI Intercom, 2008.
- BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia*. Espanha: Bellaterra, 2001.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, 1996.
- BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*; tradução de Klauss Brandini Gerhardt. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2). São Paulo, SP: Paz e Terra, 2006.
- CRISPIM, Renata Borges (2003): *Greenpeace: a guerrilha midiática como estratégia*. [Dissertação de mestrado], Universidade de Brasília.
- FAUSTO NETO, Antônio. *Comunicação e mídia impressa. Estudo sobre a Aids*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 15. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2007.
- HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. *Pesquisa em Jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midiático e sociocêntrico*. Brasília: Revista EPTIC - Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. Volume VII, número 1, abril de 2005.
- PRINCÍPIOS de Yogyakarta. Indonésia: 2006, 39p. Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 10 jul.

2010.

SILVA, Luiz Martins da. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: BENETTI, Márcia; LAGO, Cláudia. (Org.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2007, v. 1, p. 1-288.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.

TREVISAN, João Silvério Trevisan. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 3. ed. rev. e ampl., Rio de Janeiro: Record, 2000.

REVISTA (edições):

VEJA ed.1.287 de 12 de maio de 1993; ed.2.184 de 12 de maio de 2010.